

1 **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da Universidade Federal de São**  
2 **João del-Rei.**

3 Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2018 (dois mil e dezoito), às 14 (quatorze)  
4 horas, estavam presentes para a reunião extraordinária do Conselho Diretor da Universidade  
5 Federal de São João del-Rei, na sala de Reuniões da Reitoria – *Campus* Santo Antônio, os  
6 seguintes conselheiros: professor Sérgio Augusto Araújo Gama Cerqueira, Reitor e  
7 presidente do Conselho; professor Marcelo Pereira de Andrade, Vice-Reitor; os professores:  
8 Eugénio Afonso Pinto Merhi e Fabrício Molica de Mendonça; o servidor técnico-  
9 administrativo: Bruno Nascimento Campos; o discente: Gabriel Rodrigues Costa; e o  
10 membro da comunidade externa: Rosângela Aparecida da Costa Detomi. Havendo *quorum*,  
11 o presidente do Conselho deu início à reunião, apresentando a justificativa de ausência do  
12 conselheiro Leonardo Adolpho Rodrigues da Silva, por estar acompanhando a esposa que  
13 fez uma cirurgia. Aceita a justificativa, foi aprovada, por unanimidade, a ata da reunião  
14 extraordinária ocorrida em 11 (onze) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete). Aprovada  
15 a ata e decididos os itens do expediente do dia, foi então colocada em discussão a pauta. No  
16 momento da aprovação, devido à presença à reunião do pró-reitor de Planejamento e  
17 Desenvolvimento, prof. Gustavo Melo Silva, e do servidor técnico-administrativo Ricardo  
18 Lima Guimarães, o conselheiro Bruno Nascimento Campos sugeriu que os itens 2 (dois) e 3  
19 (três) passassem para itens 1 (um) e 2 (dois), respectivamente, o que foi acatado. Aprovada  
20 a pauta, iniciaram-se os trabalhos. **Item um: Processo nº 23122.004560/2018-90 –**  
21 **Relatório de Gestão 2017. Interessada: PPLAN, relatado pelo conselheiro Fabrício**  
22 **Molica de Mendonça.** O relator leu o mérito de seu parecer informando que o Relatório de  
23 Gestão do exercício de 2017 (dois mil e dezessete) da Universidade Federal de São João  
24 del-Rei (UFSJ) está estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU  
25 nº 63/2010 (sessenta e três / dois mil e dez), da Decisão Normativa TCU nº 161/2017 (cento  
26 e sessenta e um / dois mil e dezessete), da Decisão Normativa TCU nº 163/2017 (cento e  
27 sessenta e três / dois mil e dezessete) e das Orientações do Órgão de Controle Interno para  
28 atender às exigências do parágrafo único do artigo 70 (setenta) da Constituição Federal.  
29 Segue também a estrutura prevista no *e-Contas*, que é o sistema utilizado pelos órgãos e  
30 entidades da Administração Pública Federal para fazer a prestação de contas anuais por via  
31 eletrônica ao Tribunal de Contas da União. Esclareceu que o Relatório é composto pelas  
32 seguintes seções: Apresentação; Visão Geral; Planejamento Organizacional e Resultados;  
33 Governança; Gestão de Riscos e Controles Internos; Áreas Especiais da Gestão;  
34 Relacionamento com a Sociedade; Informações Contábeis e Desempenho Orçamentário e

35 Financeiro; Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle; Outras  
36 Informações Relevantes da Gestão; Anexos; e Apêndices. Além disso, o relatório contém o  
37 item Relatórios, Pareceres e Declarações e o item Informações Complementares. Destacou  
38 que o Relatório de Gestão 2017 (dois mil e dezessete) buscou trazer um volume expressivo  
39 de informações, com vistas à clareza, concisão, completude, exatidão e objetividade,  
40 conforme orientação do Tribunal de Contas da União. De início, o Relatório traz a  
41 apresentação sucinta dos principais resultados referentes ao exercício de 2017 (dois mil e  
42 dezessete), com relato do cenário em que foi feita a administração da UFSJ dentro de seu  
43 cronograma. Para cumprir a missão institucional, informou que foi adotado, por meio da  
44 Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PPLAN), o Planejamento Estratégico  
45 Setorial UFSJ (PES/UFSJ) 2017-2020 (dois mil e dezessete – dois mil e vinte), baseado no  
46 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente e no plano de campanha da atual  
47 gestão. Esclareceu que este modelo de planejamento traz a missão, visão e valores, objetivos,  
48 ações e prazos, bem como os métodos de controle e acompanhamento para quatro anos da  
49 UFSJ. Esse planejamento, conforme mostrado no Relatório de Gestão, orienta que cada  
50 área/unidade realize o diagnóstico situacional a partir da análise dos cenários externo e  
51 interno para, então, elaborar estratégias e projetos, a fim de melhor alcançar suas metas.  
52 Informou que está contido no PES/UFSJ também o Plano de Gestão de Riscos, conforme  
53 previsão da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 01/2016 (um / dois mil e dezesseis).  
54 Esclareceu que o PES foi desenvolvido em três etapas envolvendo: 1) encontros presenciais  
55 com cada unidade setorial para apresentar o modelo, os conceitos, o cronograma para  
56 elaboração durante o ano de 2017 (dois mil e dezessete) e as planilhas a serem preenchidas;  
57 2) apresentação pela unidade/setorial do conteúdo das planilhas acompanhadas de críticas; 3)  
58 definição dos objetivos estratégicos acompanhados de ações e método de controle e  
59 acompanhamento do plano de ação. Como a gestão do PES da UFSJ têm como referência os  
60 Planos de Ações definidos em cada PES das unidades, informou que o Relatório apresentou  
61 os objetivos, seguidos de ações e suas devidas análises de cada unidade/setorial, apontando  
62 o que foi ou não executado com as devidas justificativas. No entanto, o relator observou que  
63 os relatórios desenvolvidos pelos setores são muito diferentes no que se refere à  
64 metodologia de elaboração e à forma de apresentação de resultados, sendo que alguns  
65 detalham mais as informações. Dessa maneira, sugeriu que, para facilitar o entendimento,  
66 seja desenvolvido um modelo padrão e, ao final de cada unidade/setorial, sejam  
67 apresentados também quadros-resumos, ressaltando objetivos, ações realizadas  
68 acompanhadas de seus cronogramas (destacando o início e o fim ou sua previsão) e  
69 resultados, bem como as ações em andamento e as não realizadas. O relator ressaltou

70 também que houve um número considerável de ações planejadas que não foram cumpridas,  
71 esclarecendo que parte significativa das justificativas esteve relacionada à falta de técnicos-  
72 administrativos suficientes. Em alguns casos, as ações ficaram prejudicadas em virtude da  
73 saída de pessoas do setor. Assim, o relator ressaltou que essa dificuldade em atender às  
74 ações com base no chamado “recurso humano” disponível deve ser considerada pelos  
75 gestores como um resultado a ser analisado para desenvolver estratégias para os anos  
76 seguintes. Na sequência, o relator destacou algumas ações desenvolvidas no Planejamento  
77 Estratégico Setorial (PES) da Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEN) sob o ponto de  
78 vista acadêmico; pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação em relação à pesquisa; e  
79 pela Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários no que se refere às atividades de  
80 extensão. Em relação à assistência estudantil, no ano de 2017 (dois mil e dezessete),  
81 informou que se destaca, entre outras coisas, a inauguração do Restaurante Universitário do  
82 *Campus Dom Bosco (CDB)*. Além disso, houve também as chamadas ações continuadas,  
83 tais como: a) os programas de assistência à Saúde Física, Bucal e Mental para alunos com  
84 vulnerabilidade socioeconômica; b) os auxílios financeiros para atividades acadêmicas; c) a  
85 manutenção de moradia no *Campus Tancredo Neves (CTAN)*; e d) a permanência,  
86 alimentação e transportes para 1.089 (um mil e oitenta e nove) discentes. Com o intuito de  
87 capacitar, qualificar e desenvolver seus servidores, informou que foram oferecidos, em 2017  
88 (dois mil e dezessete), os cursos de Gestão de Projetos, Inteligência Emocional, Lei de  
89 Acesso à Informação, Línguas, Libras, Redação Oficial, SCDP e suas Atualizações,  
90 Capacitação para Técnicos de Laboratórios e Fiscalização de Contratos. Além disso,  
91 investiu-se na reformulação do Programa de Incentivo à Formação de Servidores (PROSER),  
92 criando-se um novo programa atualizado e em conformidade com a legislação, o Programa  
93 de Qualificação e Educação Profissional dos Servidores da UFSJ (PQUALIS). Como meta  
94 estabelecida, finalizou-se a etapa de dimensionamento de recursos humanos destinada ao  
95 levantamento do perfil e da necessidade real da força de trabalho em cada unidade,  
96 apresentando o quadro ideal de servidores técnico-administrativos. No entanto, o relator  
97 ressaltou que o Relatório não apresenta o número de técnicos capacitados e qualificados no  
98 ano. No ano de 2017 (dois mil e dezessete), destacou que a UFSJ procurou manter sua  
99 Política de Internacionalização ativa, buscando o acolhimento do estrangeiro, o  
100 desenvolvimento de ações eficazes para internacionalizar os currículos e, conseqüentemente,  
101 os Programas de Graduação e Pós-graduação da Instituição, como também promover a  
102 inserção internacional, a consolidação e a expansão da UFSJ no cenário global. Informou  
103 que houve o aumento de alunos estrangeiros na Instituição de 36 (trinta e seis) em 2016  
104 (dois mil e dezesseis) para 48 (quarenta e oito) em 2017 (dois mil e dezessete), sendo, 30

105 (trinta) deles em intercâmbio de longa duração e 18 (dezoito) em intercâmbio de curta  
106 duração. Informou ainda que, neste ano, o número de alunos da UFSJ no exterior foi igual a  
107 34 (trinta e quatro). Sobre as áreas físicas da UFSJ, destacou que houve a implementação de  
108 ações de sinalização visual dos espaços físicos e das edificações, a fim de proporcionar a  
109 facilitação de acesso às dependências e a melhoria do fluxo na circulação das vias, bem  
110 como a implementação da Política de Gestão dos estacionamentos dos *Campi*. Ainda, na  
111 dimensão arquitetônica, informou que, no primeiro e segundo semestres de 2017 (dois mil e  
112 dezessete), foram entregues as seguintes obras com acessibilidade: a) no *Campus Sete*  
113 *Lagoas (CSL)*, a entrega da construção de prédio para abrigar complexo de aulas conforme  
114 Contrato 008/2014; e b) no *Campus Dom Bosco (CDB)*, a entrega da construção do  
115 Restaurante Universitário conforme Contrato 216/2015. Nesse quesito, o relator ressaltou  
116 que há a necessidade de se fazer uma correção no Relatório, uma vez que ainda não houve a  
117 entrega do prédio do Departamento de Ciências Térmicas e dos Fluidos / Centro de Pesquisa  
118 em Processos de Energia (DCTEF/CEPPE), conforme Contrato 027/2015, no *Campus Santo*  
119 *Antônio (CSA)*. Esclareceu que essa é uma ação prevista para 2018 (dois mil e dezoito),  
120 devendo ser considerada como “obras que não foram terminadas”. O relator informou que  
121 houve também obras que não foram terminadas e entregues, tais como: a) no CSA, a obra  
122 para instalação do *Data Center* do Núcleo de Informática conforme contrato 069/2017; b)  
123 no CDB, a ampliação das vias de acesso interno do *campus*, com calçadas acessíveis e  
124 interligadas às edificações, cujo contrato ainda não tem um número, e a construção do  
125 prédio do Programa de Pós-graduação em Bioengenharia e Departamento de Engenharia de  
126 Biosistemas (PPBE-DEPEB) conforme Contrato 211/2015. Sobre este contrato (Contrato  
127 211/2015), observou que cabe ressaltar que estava relacionado à construção do prédio para o  
128 NEAD/DEPEB-PPBE, conforme relatório de gestão aprovado nos anos de 2015 (dois mil e  
129 quinze) e 2016 (dois mil e dezesseis) e relatórios de atividades da Divisão de Projetos de  
130 2016 (dois mil e dezesseis) e 2017 (dois mil e dezessete). Além disso, tais informações  
131 constam no Portal de Transparência. Todavia, salientou que não foi encontrada, no Relatório  
132 de Gestão de 2017 (dois mil e dezessete), a justificativa da retirada do nome do Núcleo de  
133 Educação a Distância (NEAD) deste contrato. Dessa forma, o relator sugeriu que, para  
134 garantir maior transparência das ações tomadas pelos gestores, tal justificativa deve ser  
135 incorporada ao Relatório do ano de 2017 (dois mil e dezessete) antes de ser encaminhado ao  
136 TCU. Adicionalmente às edificações, informou que foram desenvolvidas, pelo Grupo de  
137 Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística, diversas ações no sentido de levantar  
138 diagnósticos nos *Campi Santo Antônio* e *Tancredo Neves* com foco na acessibilidade e,  
139 ainda, apresentar um orçamento para que as melhorias possam ser efetivas. Quanto ao

140 Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ, destacou que os projetos  
141 desenvolvidos pelo Setor de Desenvolvimento de Sistemas (SEDSI) e pelo Setor de Internet  
142 e Redes (SETIR), bem como atividades desenvolvidas junto aos fornecedores de serviços de  
143 Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) prestadas para a UFSJ tiveram como  
144 referência o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2016-2018). Esclareceu que  
145 o PDTI se encontra alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018  
146 (dois mil e quatorze – dois mil e dezoito) e tem como objetivo orientar o planejamento e a  
147 execução das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na UFSJ, de  
148 maneira a consolidar a importância estratégica dessa área e garantir seu alinhamento aos  
149 objetivos institucionais. No que concerne aos indicadores primários da análise de  
150 desempenho, conforme o TCU, informou que se destacam os seguintes números: 847  
151 (oitocentos e quarenta e sete) professores, 927 (novecentos e vinte e sete) funcionários  
152 equivalentes e 11.806 (onze mil, oitocentos e seis) alunos matriculados na graduação.  
153 Ademais, são 1.736 (um mil, setecentos e trinta e seis) alunos de pós-graduação e 54  
154 (cinquenta e quatro) alunos em residência médica. Sobre os indicadores de decisão do TCU,  
155 destacou que a taxa de sucesso na graduação é de 63,57% (sessenta e três vírgula cinquenta  
156 e sete por cento), tendo sido em 2015 (dois mil e quinze) de 61,13% (sessenta e um vírgula  
157 treze por cento) e em 2016 (dois mil e dezesseis) de 57,53% (cinquenta e sete vírgula  
158 cinquenta e três por cento). Já na análise crítica, segundo o Relatório, ressaltou que houve  
159 aumento do custo corrente institucional decorrente da pressão inflacionária. Informou que  
160 os indicadores aluno tempo integral sobre professor equivalente e aluno tempo integral  
161 sobre funcionário equivalente aumentaram, observando que isso pode ter ocorrido em  
162 função do aumento do número de alunos de graduação, pós-graduação e residência  
163 proporcionalmente maior que o aumento do número de professores equivalentes. Observou  
164 ainda que outros fatos que podem ter contribuído para a melhoria deste indicador foram  
165 ações administrativas efetivadas e a consolidação de cursos de graduação. Entretanto, o  
166 relator ressaltou que, em relação aos funcionários, a melhoria deste indicador também pode  
167 ser compreendida como um risco, visto que houve uma redução aproximada de 1,8% (um  
168 vírgula oito por cento) dos servidores do quadro efetivo e de 6,7% (seis vírgula sete por  
169 cento) de funcionários contratados. Observou que a falta de contratação de servidores  
170 públicos associada às restrições orçamentárias gera riscos para a continuidade do  
171 atendimento da sociedade e para com a qualidade de vida no trabalho. Por fim, tem-se que o  
172 grau de participação estudantil aumentou entre 2016 (dois mil e dezesseis) e 2017 (dois mil  
173 e dezessete) em 11,39% (onze vírgula trinta e nove por cento) e o Grau de Envolvimento  
174 Discente com Pós-graduação se manteve. O conceito CAPES/MEC para a Pós-graduação

175 aumentou 2,65% (dois vírgula sessenta e cinco por cento), o que ocorreu em função do  
176 aumento do número de programas e da melhoria do conceito dos cursos junto à CAPES. Em  
177 termos da execução orçamentária e financeira, de acordo com o Relatório, informou que a  
178 UFSJ encerrou o exercício realizando as ações previstas e executando o orçamento dentro  
179 da programação com compatibilidade das dotações orçamentárias em relação às  
180 necessidades de crédito da Instituição para o cumprimento da sua programação de trabalho.  
181 Porém, esclareceu que a UFSJ teve a cota de limite orçamentário a utilizar, referente a  
182 custeio, liberada ao longo do exercício de 2017 (dois mil e dezessete), sendo que a  
183 confirmação de liberação da totalidade (100%) ocorreu em meados do segundo semestre do  
184 exercício. No caso específico de limite de capital, informou que foram liberados apenas  
185 60% (sessenta por cento) do previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017. Para tanto,  
186 esclareceu que a Instituição procurou opções para minimizar os impactos diretos mediante  
187 revisões contratuais, emissão de editais para adquirir equipamentos e atividades acadêmicas,  
188 e implantação de sistema de gestão integrada das atividades administrativas e acadêmicas.  
189 Isso permitiu o aumento da eficácia e a maior agilidade nos processos e a transparência em  
190 sua execução, melhorando a gestão dos recursos públicos. Dessa forma, a Universidade  
191 conseguiu encerrar suas atividades com segurança e sem prorrogação dos compromissos  
192 assumidos com seus credores. O relator ressaltou ainda que, no ano de 2017 (dois mil e  
193 dezessete), as despesas orçamentárias tiveram um crescimento de 9,40% (nove vírgula  
194 quarenta por cento), enquanto as receitas orçamentárias tiveram um decréscimo de 18,83%  
195 (dezoito vírgula oitenta e três por cento), mas, observando apenas as transferências  
196 financeiras recebidas, houve um aumento de 9,46% (nove vírgula quarenta e seis por cento)  
197 com relação ao exercício de 2016 (dois mil e dezesseis). Entretanto, observou que os  
198 recebimentos extraorçamentários tiveram um acréscimo de 15,11% (quinze vírgula onze por  
199 cento), assim como os desembolsos extraorçamentários tiveram um acréscimo de 16,67%  
200 (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento). O resultado financeiro do exercício de 2017  
201 (dois mil e dezessete) foi superavitário em R\$ 991.399,93 (novecentos e novena e um mil,  
202 trezentos e noventa e nove mil e noventa e três reais), ocorrendo um aumento em relação ao  
203 exercício de 2016 (dois mil e dezesseis) em 32,97% (trinta e dois vírgula noventa e sete por  
204 cento). No que diz respeito à governança da UFSJ, destacou que a estrutura organizacional  
205 da UFSJ é matricial, onde as decisões são colegiadas e regidas por órgãos colegiados  
206 superiores. Assim, todas as decisões são tomadas pelos Conselhos, cabendo à Reitoria atuar  
207 como órgão executor, por intermédio das Pró-reitorias. Em relação à frota de veículos da  
208 UFSJ, informou que esta é utilizada para prestação acadêmica, quanto ao deslocamento de  
209 discentes para fins de ensino e pesquisa, e administrativa, quanto ao transporte de servidores,

210 inclusive materiais, a fim de atender às missões administrativas designadas pelo Reitor;  
211 reuniões de natureza científica, seminários, conferências e congressos, para apresentação de  
212 trabalhos como autor ou coautor; para serviços específicos, no exercício de suas funções.  
213 Hoje, é composta por 53 (cinquenta e três) veículos e se subdivide em veículos de transporte  
214 institucional (apenas um veículo) e veículos de serviços comuns. No que se refere aos canais  
215 de acesso do cidadão, esclareceu que a Ouvidoria da UFSJ é um espaço aberto para a  
216 comunidade que recebe e responde às manifestações relacionadas às atividades da  
217 Universidade, contribuindo, assim, com a participação social. A partir do relacionamento  
218 com o cidadão, a Ouvidoria pôde identificar melhorias, propor mudanças, apontar situações  
219 irregulares e contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da UFSJ. Em 2017 (dois  
220 mil e dezessete), foram recebidas pela Ouvidoria 123 (cento e vinte e três) manifestações via  
221 sistema da intranet próprias distribuídas da seguinte forma: 55 (cinquenta e cinco)  
222 reclamações (44,7%), 35 (trinta e cinco) pedidos de informação (28,5%), 27 (vinte e sete)  
223 denúncias (22%), 5 (cinco) sugestões (4,1%) e 1 (um) elogio (0,8%). Em relação à  
224 Auditoria, informou que foram emitidas, por esta unidade, 10 (dez) relatórios, somando 84  
225 (oitenta e quatro) recomendações aos setores da UFSJ. O volume de recursos auditados é de  
226 R\$40.546.963,07 (quarenta milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e novecentos e  
227 sessenta e três reais e sete centavos) no exercício de 2017 (dois mil e dezessete). Em relação  
228 à análise do processo de prestação de contas do exercício de 2017 (dois mil e dezessete), a  
229 Auditoria afirmou que este está adequado e de acordo com a legislação pertinente, devendo  
230 ser encaminhado aos Conselhos para aprovação e, posteriormente, enviado ao Tribunal de  
231 Contas da União através do sistema *e-contas*. No entanto, antes do encaminhamento ao  
232 TCU, o relator recomendou que se faça uma revisão crítica de todo o documento, tendo em  
233 vista que foram identificadas algumas inconsistências, as quais não geram problemas na  
234 aprovação do documento por este Conselho, mas mostra que o relatório foi construído em  
235 um curto espaço de tempo. Além disso, que sejam atendidas as considerações feitas em  
236 relação aos Contratos 211/2015 e 027/2015. Em função do pouco tempo para analisar o  
237 Relatório, o relator ressaltou que não foi possível realizar conferência *in loco* dos dados  
238 apresentados e nem buscar documentos que possam comprová-los, tendo a responsabilidade  
239 por qualquer problema que possa constar neste Relatório a unidade que prestou a  
240 informação. Por isso, sugeriu que, no próximo ano, a PPLAN encaminhe o Relatório com  
241 mais antecedência para apreciação ao Conselho Diretor. Concluindo, o relator afirmou que,  
242 apesar da presença de obstáculos em áreas específicas de atuação da UFSJ, a gestão de 2017  
243 (dois mil e dezessete) mostrou resultados condizentes com a meta de crescimento  
244 concomitante à de desenvolvimento da Instituição. São esforços para cumprir com os

245 objetivos estabelecidos no PDI dentro dos princípios de eficiência, eficácia e efetividade. Na  
246 fase de esclarecimentos, o presidente do Conselho lembrou que estavam presentes à reunião  
247 para esclarecimentos a este e ao próximo item da pauta o pró-reitor de Planejamento e  
248 Desenvolvimento, prof. Gustavo Melo Silva, e o servidor técnico-administrativo Ricardo  
249 Lima Guimarães. Solicitou permissão para que eles pudessem falar quando necessário, o  
250 que foi acatado. O presidente prestou ainda mais alguns esclarecimentos sobre o Relatório  
251 de Gestão e ressaltou que dois fatores são importantes e o preocupam. O primeiro é  
252 relacionado à falta de servidores técnico-administrativos. Ressaltou que o Governo Federal  
253 emitiu este ano um Decreto que extingue alguns cargos da Administração Pública Federal e  
254 coloca outros em suspensão, vedando a abertura de concurso público, como, por exemplo, o  
255 cargo de auxiliar em administração. A perspectiva de a Instituição perder de 40 (quarenta) a  
256 50 (cinquenta) vagas, que é o que se tem atualmente de servidores ocupantes deste cargo, é  
257 muito preocupante. O outro fator é que, apesar de ter havido uma melhora nos recursos de  
258 custeio em relação a 2017 (dois mil e dezessete), como se verá no processo de proposta  
259 orçamentária do ano de 2018 (dois mil e dezoito), ressaltou que na totalidade do orçamento  
260 não houve aumento. Diante disso, observou que a perspectiva para 2018 (dois mil e dezoito)  
261 é que este seja mais um ano difícil para as Universidades Federais. Em relação à demora no  
262 envio do Relatório de Gestão para apreciação dos Conselhos, observou que o prof. Gustavo  
263 poderia esclarecer melhor, observando, entre outras coisas, que um dos motivos se refere à  
264 demanda pelo Governo Federal de uma série de informações no menor tempo possível. Para  
265 a elaboração do Relatório de Gestão, o pró-reitor destacou que a PPLAN fez e faz um  
266 esforço muito grande para cumprir os prazos referentes à sua tramitação interna e esclareceu  
267 que as informações referentes a ele foram iniciadas junto às unidades administrativas em  
268 novembro de 2017 (dois mil e dezessete). Infelizmente, ressaltou que algumas unidades  
269 administrativas demoraram em responder à Pró-reitoria, sendo que algumas informações  
270 foram enviadas somente no início daquela semana, quando foi possível finalizar o  
271 documento e disponibilizar o Relatório para o relator fazer a sua análise. O pró-reitor  
272 justificou ainda que um dos motivos pela demora do envio dessas informações pelas  
273 unidades pode ser também por falta de pessoal técnico-administrativo disponível. O  
274 conselheiro Marcelo Pereira de Andrade reconheceu o esforço da PPLAN na elaboração do  
275 Relatório de Gestão 2017 (dois mil e dezessete), especial reconhecimento aos presentes,  
276 prof. Gustavo Melo Silva e o servidor técnico-administrativo Ricardo Lima Guimarães.  
277 Informou que recebeu o Relatório apenas na última segunda-feira, dia 19 (dezenove) de  
278 março de 2018 (dois mil e dezoito), tornando possível apenas fazer uma leitura rápida. O  
279 conselheiro ressaltou que percebeu, em sua leitura, alguns pontos que precisam ser



280 corrigidos no documento, bem como a falta de profundidade no Relatório, que não é  
281 responsabilidade da PPLAN, mas de quem enviou as informações. Ficou faltando saber, em  
282 geral, quando a ação foi efetuada, por quem e como, observando que tudo isso poderia  
283 constar de um quadro padronizado para todas as unidades. Sugeriu que o acompanhamento  
284 das ações seja mensal e discutido na equipe, o que facilitará o desenvolvimento do Relatório  
285 de Gestão e será um legado para as futuras gestões da UFSJ. Destacou que existem ações  
286 das quais ele participou; no entanto, muitas ações ele desconhece. Entre os problemas  
287 identificados, citou, por exemplo, a ação realizada pela PROEN de reestruturação do  
288 Programa de Monitoria, mas as ações são continuidades de ações que constam do Relatório  
289 de Gestão de 2016 (dois mil e dezesseis). Então questionou: qual e como foi a  
290 reestruturação? O conselheiro também destacou o problema levantado pelo relator sobre a  
291 ausência do nome do NEAD no prédio DEPEB-PPBE ainda em construção. Seu  
292 posicionamento é que volte a constar na última linha do Quadro 42 (p. 140) o nome do  
293 NEAD, passando a ter a seguinte redação “Construção do prédio do NEAD/DEPEB-PPBE”,  
294 conforme consta do Contrato 211/2015 e nos relatórios de prestações de conta dos anos  
295 anteriores. Por fim, o conselheiro Marcelo ressaltou ainda que essas inconsistências no  
296 Relatório de Gestão de 2017 (dois mil e dezessete) o preocupam, uma vez que seu nome e  
297 CPF constam do documento enquanto vice-reitor e um dos gestores da UFSJ. O pró-reitor  
298 esclareceu que as informações que constam no Relatório são enviadas pelas unidades  
299 administrativas, onde cada uma fez o seu planejamento setorial. Por isso, solicitou ao  
300 conselheiro que lhe enviasse por escrito as ressalvas apontadas para que ele pudesse fazer  
301 uma análise e verificar de onde vieram tais informações. Em relação à construção do prédio  
302 do NEAD/PPBE-DEPEB, o pró-reitor informou que iria verificar o que aconteceu de fato e  
303 fazer os ajustes necessários. Por fim, o relator destacou ainda a necessidade de se fazer um  
304 quadro sintético do Relatório de Gestão destacando as ações que foram alcançadas e não  
305 alcançadas de cada unidade, e não algo tão descritivo, o que dificulta o seu entendimento.  
306 Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o seu parecer: “Diante do que  
307 no mérito consta, considerando-se a forma transparente de apresentação de metas, ações e  
308 resultados, junto ao cumprimento da legislação em vigor, sou de parecer favorável ao  
309 Relatório de Gestão da UFSJ, exercício de 2017. Este é o voto do relator, salvo melhor  
310 juízo”. Decisão do Plenário: o parecer do relator foi aprovado por 6 (seis) votos favoráveis e  
311 1 (uma) abstenção dando origem à Resolução nº 002 (dois), de 22 (vinte e dois) de março de  
312 2018 (dois mil e dezoito), que passa a fazer parte do processo. O conselheiro Marcelo  
313 Pereira de Andrade justificou seu voto: “Por desconhecer muitas ações desenvolvidas pela  
314 gestão no ano de 2017 (dois mil e dezessete), mas em respeito ao trabalho da PPLAN, na

315 construção do relatório de gestão e ações desenvolvidas por ele com alguns Pró-Reitores,  
316 me abstenho”. **Item dois: Processo nº 23122.004410/2018-86 – Proposta Orçamentária**  
317 **2018. Interessada: PPLAN. Relator: Bruno Nascimento Campos.** O relator leu o mérito  
318 de seu parecer informando que, a exemplo do cenário instável de 2016 (dois mil e dezesseis)  
319 e 2017 (dois mil e dezessete), que comprometeu o cumprimento de prazos pela Pró-reitoria  
320 de Planejamento e Desenvolvimento (PPLAN) quanto à Proposta Orçamentária daqueles  
321 anos, a referida Pró-reitoria informa que, atualmente, atua amparada no Decreto nº 9.276  
322 (nove mil, duzentos e setenta e seis), de 2 (dois) de fevereiro de 2018 (dois mil e dezoito),  
323 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, além de definir o cronograma  
324 mensal de desembolso do Poder Executivo para 2018 (dois mil e dezoito), e dá outras  
325 providências. Observou que o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento destaca ainda  
326 que, dadas as restrições financeiras ligadas ao limite orçamentário de um oitavo do  
327 orçamento, a proposta apresentada é sintetizada e voltada às informações de capital, custeio  
328 e respectivos quadros de detalhamento de despesa. A expectativa certamente é de que, ao  
329 longo do ano de 2018 (dois mil e dezoito), se façam necessários ajustes no detalhamento da  
330 proposta à medida que a liberação orçamentária da União se fizer de forma integral. Nesse  
331 sentido, destacou que, segundo proposta encaminhada pelo Setor de Planejamento  
332 Orçamentário (SEPLO), na introdução da proposta orçamentária, é destacado que os valores  
333 que constam são aqueles apresentados pelo Governo Federal ao Congresso Nacional no  
334 Projeto de Lei Orçamentária para 2018 (dois mil e dezoito) – PLOA 2018. Afirma também  
335 que, até a aprovação final da Lei Orçamentária Anual (LOA), esses valores podem ser  
336 alterados por proposta do próprio Governo, ou por iniciativa do Congresso, devendo ser  
337 considerados como valores prováveis. Porém, o relator observou que constatou que a  
338 estimativa de receita e a despesa da União para o exercício 2018 (dois mil e dezoito) foram  
339 fixadas pela Lei nº 13.587 (treze mil, quinhentos e oitenta e sete), de 2 (dois) de janeiro de  
340 2018 (dois mil e dezoito), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia seguinte.  
341 Sobre os recursos do teto da proposta, informou que vale a menção à sua previsão em  
342 conformidade com a LOA, que contempla recursos de origem das seguintes fontes: Matriz  
343 ANDIFES, PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), Programa Reuni, Plano  
344 de Desenvolvimento das Universidades (PDU), Programa de Consolidação das IDES  
345 (complemento aos recursos de REUNI e EXPANDIR), Programa Mais Médicos e Programa  
346 Inglês sem Fronteiras enquanto iniciativa do Ministério da Educação (MEC). Conforme  
347 mencionado, esclareceu ainda que esta proposta orçamentária tem como norte central os  
348 elementos de capital e custeio desagregados da seguinte forma: 1 – Capital: a) continuidade  
349 das modernizações das infraestruturas dos laboratórios e dos *Campi* da UFSJ; b)

350 continuidade das obras em andamento como, por exemplo, o arruamento do *Campus* Dom  
351 Bosco, Biotério Central, *Data Center* e Subestação de energia do *Campus* Tancredo Neves;  
352 e c) continuidade da construção do prédio do Restaurante Universitário do *Campus*  
353 Santo Antônio; 2 – Custeio: a) manutenção dos serviços continuados; b) apoio à  
354 manutenção de equipamentos, eventos, semanas acadêmicas, empresas juniores e de equipes  
355 de competição; c) manutenção das bolsas acadêmicas destinadas à graduação, mestrado e  
356 doutorado; d) continuidade à política de assistência estudantil; e) manutenção dos fundos de  
357 ensino, pesquisa e extensão; f) manutenção do Programa de Qualificação e Educação  
358 Profissional dos Servidores da UFSJ (PQUALIS); g) melhoria do ambiente de trabalho; e h)  
359 QUALIPOS (Programação de Qualificação das Pós-graduações). No que diz respeito à  
360 evolução do orçamento do período 2015-2018 (dois mil e quinze – dois mil e dezoito),  
361 informou que se destaca o aumento de R\$ 164,5 milhões (cento e sessenta e quatro milhões  
362 e meio de reais) para R\$ 234 milhões de (duzentos e trinta e quatro milhões de reais) em  
363 2018 (dois mil e dezoito) para dispêndios de pessoal. No comparativo deste saldo de 2018  
364 (dois mil e dezoito) em relação a 2017 (dois mil e dezessete), destacou que se infere pela  
365 alta de R\$ 11,8 milhões (onze milhões e oitocentos mil reais). Já sobre as despesas de  
366 custeio, passa-se de aproximadamente R\$ 65,7 milhões (sessenta e cinco milhões e  
367 setecentos mil reais) para R\$ 68,4 milhões (sessenta e oito milhões e quatrocentos mil reais),  
368 valor, por sua vez, aproximadamente 4,0% (quatro por cento) superior ao montante do ano  
369 passado. Já em relação à evolução das despesas previstas com capital, ressaltou que a  
370 situação é bastante crítica, tendo em vista que em 2017 (dois mil e dezessete) a previsão foi  
371 de R\$ 9,1 milhões (nove milhões e cem mil reais) em capital e para 2018 são previstos R\$  
372 4,8 milhões (quatro milhões e oitocentos mil reais). Ainda, em relação às despesas de capital,  
373 destacou que em 2015 (dois mil e quinze) a previsão era de R\$ 12,7 milhões (doze milhões  
374 e setecentos mil reais), subindo para R\$ 13,4 milhões (treze milhões e quatrocentos mil reais)  
375 em 2016 (dois mil e dezesseis). Esclareceu que estes montantes não incluem Emendas  
376 Parlamentares (individuais ou obtidas junto à Bancada Parlamentar). Isso porque parte deste  
377 tipo de recurso ainda não havia sido liberada ao fim do ano de 2017 (dois mil e dezessete)  
378 quando do envio da proposta orçamentária para apreciação. Esclareceu também que o teto  
379 da proposta prevista na LOA para o ano de 2018 (dois mil e dezoito) foi definido pelo  
380 Governo Federal, tendo como base: informações sobre estimativa de gasto com pagamento  
381 para servidores, resultados da aplicação das Matrizes de Consolidação e OCC  
382 (regulamentada pelo Decreto nº 7.233, de 19/07/2010, e Portaria nº 621, de 24/07/2013),  
383 bem como pelos recursos destinados aos Programas: PNAES, PROMISAES, INCLUIR,  
384 Idiomas sem Fronteiras e PASEP. Ademais, informou que o Decreto nº 7.233/2010 (sete mil,

385 duzentos e trinta e três / dois mil e dez) regulamenta a Matriz e estabelece a existência um  
386 novo modelo de alocação de recursos de Orçamento de Custeio e de Capital (OCC) do MEC  
387 às IFES a ser elaborado por comissão paritária MEC/ANDIFES, com base nos seguintes  
388 parâmetros: 1) matrículas, ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em  
389 cada período; 2) oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do  
390 conhecimento; 3) produção institucionalizada de conhecimento; 4) relação entre o número  
391 de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação; 5) resultados da  
392 avaliação pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; 6)  
393 programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela  
394 CAPES; 7) número de registros e comercialização de patentes; e 8) existência de programas  
395 institucionalizados de extensão com indicadores de monitoramento. Destacou que vale a  
396 ressalva de que os resultados da Matriz SESU/OCC são gerados tendo como base os dados  
397 informados anualmente à Plataforma de Integração de Dados das IFES (PINGIFES). Para  
398 2018 (dois mil e dezoito), os recursos destinados à UFSJ por meio da Matriz SESU/OCC  
399 tiveram um acréscimo de 11% (onze por cento) em relação a 2017 (dois mil e dezessete).  
400 Tais informações dizem respeito às vagas ofertadas na graduação e pós-graduação, alunos  
401 concluintes e área física destinada a laboratórios e salas de aula. Esclareceu que os limites  
402 orçamentários decorrentes da aplicação da Matriz SESU/OCC são aqueles destinados aos  
403 investimentos e manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.  
404 Logo, afirmou que a prática de registro constante e atualizado pela Universidade de tais  
405 dados é essencial, contribuindo, por sua vez, para a possibilidade de definição de teto  
406 orçamentário condizente com as necessidades da UFSJ. Em relação ao repasse de recursos  
407 provenientes do Programa REUNI, esclareceu que compreende o período 2008-2012 (dois  
408 mil e oito – dois mil e doze), sendo que, em 2017 (dois mil e dezessete), consta na LOA o  
409 montante de R\$ 3.752.791,00 (três milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e setecentos e  
410 novena e um reais) para despesas de custeio, representando queda de 11,37% (onze vírgula  
411 trinta e sete por cento) em relação a 2017 (dois mil e dezessete). Especificamente, as  
412 despesas com manutenção e assistência estudantil foram estimadas com base no  
413 levantamento das despesas efetivamente pagas no exercício de 2017 (dois mil e dezessete),  
414 tendo sido utilizadas para correções dos valores referentes à manutenção: 10% (dez por  
415 cento) sobre os valores executados e programados para execução em 2017 (dois mil e  
416 dezessete). Para os contratos de locação de mão de obra, utilizou-se o índice de acréscimo  
417 de 5% (cinco por cento) sobre o valor vigente em 2017 (dois mil e dezessete) tendo em vista  
418 as convenções coletivas das classes trabalhadoras contratadas. Para os contratos, cujas  
419 convenções já foram realizadas até o presente momento, observou que os valores estão

420 corrigidos na proposta. Toda programação visa a atender as atividades fim e meio na  
421 seguinte proporção: 93,86% (noventa e três vírgula oitenta e seis por cento) para a área fim  
422 (R\$ 18.889.682,00) e 6,14% (seis vírgula quatorze por cento) para a área meio (R\$  
423 1.236.844,00). No que concerne aos recursos de receita própria, segundo a Proposta, o  
424 relator informou que se tem a soma de R\$1.191.540,00 (um milhão, cento e noventa e um  
425 mil e quinhentos e quarenta reais), sendo 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) de  
426 recursos financeiros obtidos por meio de arrecadação direta, 64,4% (sessenta e quatro  
427 vírgula quatro por cento) de recursos não financeiros diretamente arrecadados, enquanto  
428 13,13% (treze vírgula treze por cento) tratam de Recursos de Convênios celebrados com  
429 órgãos estaduais, municipais e privados. Outro ponto que ressaltou é que a presente proposta  
430 é formulada com base no atendimento à Resolução/CONDI nº 005 (cinco), de 21 (vinte e  
431 um) de fevereiro de 2000 (dois mil). Tal Resolução estabelece prioridade à atividade fim,  
432 representada por sua vez pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Ademais, esta Resolução  
433 visa à garantia do cumprimento de despesas de manutenção, a exemplo de despesas com  
434 água, luz, telefonia e internet, incluindo também os contratos de manutenção e o material de  
435 consumo básico. No detalhamento das despesas de manutenção, elencadas em montante de  
436 R\$ 4.153.129,93 (quatro milhões, cento e cinquenta e três mil e cento e vinte nove reais e  
437 noventa e três centavos), sendo apresentados dados gerais e por *campus* de locação de mão  
438 de obra, cujo total atinge pouco mais de R\$ 21 milhões (vinte e um milhões de reais), sendo  
439 R\$ 12,8 milhões (doze milhões e oitocentos mil reais) com previsão de aplicação nas  
440 unidades de São João del-Rei, R\$ 2,5 milhões (dois milhões e meio de reais) previstos para  
441 o *Campus* Alto Paraopeba (CAP), R\$ 2,6 milhões (dois milhões e seiscientos mil reais)  
442 previstos para o *Campus* Centro-Oeste Dona Lindu (CCO) e R\$ 2,7 milhões (dois milhões e  
443 setecentos mil reais) previstos para o *Campus* Sete Lagoas (CSL). Já sobre o material de  
444 consumo, informou que fica na casa dos R\$ 1,2 milhões (um milhão e duzentos mil reais),  
445 sendo ainda propostos mais de R\$ 10,2 milhões (dez milhões e duzentos mil reais) para  
446 auxílio financeiro aos discentes, sendo que, desse total, R\$ 5,4 milhões (cinco milhões e  
447 quatrocentos mil reais) estão previstos para as despesas com assistência estudantil. Um  
448 ponto positivo para o qual o relator chamou a atenção concerne ao rateio proposto de  
449 recursos voltados para o fomento às ações, divididos em grupos de despesas com bolsas e os  
450 dispêndios de custeio de forma geral. Especificamente, tratando-se do custeio, do total de  
451 R\$ 302.500,00 (trezentos e dois mil e quinhentos reais), informou que se tem 40% (quarenta  
452 por cento) para a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) e 40%  
453 (quarenta por cento) para a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPE), com os  
454 valores restantes para a Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEN). Em suma, conforme

455 apresentado ao fim da Proposta Orçamentária, do total referente à Proveniência de Receita  
456 de R\$ 307.269.349,00 (trezentos e sete milhões, duzentos e sessenta e nove mil e trezentos e  
457 quarenta e nove reais), tem-se 89,77% (oitenta e nove vírgula setenta e sete por cento) de  
458 origem na Receita Fiscal, sendo que 99,61% (noventa e nove vírgula sessenta e um por  
459 cento) são do Tesouro. Deste total, a previsão é de 76,16% (setenta e seis vírgula dezesseis  
460 por cento) com pessoal e encargos sociais, 1,57% (um vírgula cinquenta e sete por cento)  
461 para capital e 22,27% (vinte e dois vírgula vinte e sete por cento) para despesas de custeio.  
462 Diante do exposto no documento, o relator afirmou que fica evidente, portanto, que o  
463 contexto de crise econômica e política, vivenciado pelo País mais evidentemente desde 2015  
464 (dois mil e quinze), se prolonga até o ano vigente, com impactos negativos sobre a proposta  
465 orçamentária desta Instituição. Ademais, diante das possibilidades de alterações ainda mais  
466 profundas por meio de novos decretos, fica já a ressalva de que toda a comunidade  
467 acadêmica deverá empenhar esforços para permitir que a UFSJ possa desempenhar suas  
468 metas a contento, sem maior prejuízo ao nosso público-alvo, os discentes, e sem deixar de  
469 destacar a importância do corpo docente e técnico-administrativo. Concluindo, o relator  
470 observou que a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) é sempre encaminhada ao  
471 Congresso Nacional pela Presidência da República até no máximo no dia 31 (trinta e um) de  
472 agosto de cada ano. A LOA sempre acaba sendo aprovada com alterações, mas a referência  
473 está dada sempre nesta data. Nesse sentido, observou que a proposta orçamentária de 2017  
474 (dois mil e dezessete) foi construída em cima da PLOA, e esta, como destacado por ele  
475 acima, apesar de a LOA ter sido publicada no DOU de 3 (três) de janeiro, foi também  
476 construída sobre a PLOA. Também, observou que a Resolução que aprova as propostas  
477 orçamentárias anuais sempre deixa dispositivos para que a Reitoria possa realizar alterações  
478 no orçamento da Instituição, o que se faz necessário, sobretudo quando sai o decreto que  
479 regulamenta os limites. Portanto, sugeriu que a proposta orçamentária de 2019 (dois mil e  
480 dezenove) seja construída com base na PLOA e submetida a este Conselho até 30 (trinta) de  
481 novembro de 2018 (dois mil e dezoito), para que seja apreciada neste Conselho em  
482 dezembro sem a necessidade de *Ad Referendum*. Esclareceu que entende que há limitações  
483 no tamanho da equipe, o que limita sua capacidade operacional, porém ressaltou que a  
484 proposta orçamentária é algo prioritário, não devendo ser tratada como uma mera  
485 formalidade burocrático-administrativa. Por fim, o relator sugeriu ainda algumas alterações  
486 na proposta de resolução que compõe a proposta. Na fase de esclarecimentos, o relator  
487 esclareceu também que os recursos oriundos das Emendas Parlamentares são incertos até  
488 que sejam liberados. O presidente informou ainda que consta na proposta orçamentária uma  
489 emenda parlamentar de valor bem robusto, porém esclareceu que ela não é só da UFSJ e

490 trata-se de uma emenda impositiva ao orçamento federal para o conjunto de todas as  
491 universidades mineiras e institutos federais. Destacou que os reitores irão trabalhar junto ao  
492 Governo Federal, para que ela seja liberada. Ressaltou também que o maior problema da  
493 UFSJ para o ano de 2018 (dois mil e dezoito) são os recursos de capital. Por isso, informou  
494 que está trabalhando junto ao MEC para conseguir a liberação de mais recursos para  
495 finalizar as obras em andamento. Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator  
496 leu o seu parecer: “Pelo exposto no mérito, sou de parecer favorável à Proposta  
497 Orçamentária 2018 da UFSJ com as devidas alterações. Este é o voto do relator”. Decisão  
498 do Plenário: o parecer do relator foi aprovado por unanimidade, dando origem à Resolução  
499 nº 003 (três), de 22 (vinte e dois) de março de 2018 (dois mil e dezoito), que passa a fazer  
500 parte do processo. **Item três: Processo nº 23122.026496/2017-17 – Resolução/CONDI nº**  
501 **018, ad referendum, de 20/12/2017, que modifica a Resolução/CONDI nº 005, de**  
502 **12/08/2009, modificada pela Resolução/CONDI nº 016, de 11/12/2017 (uso de**  
503 **dependências físicas com recursos audiovisuais na UFSJ pelas comunidades acadêmica e**  
504 **externa). Interessados: PROEN/SETEC, relatado pelo conselheiro Marcelo Pereira de**  
505 **Andrade.** O relator leu o mérito de seu parecer informando que o presente processo trata da  
506 Resolução/CONDI nº 018 (dezoito), de 20 (vinte) de dezembro de 2017 (dois mil e  
507 dezessete), *ad referendum*, que modifica a Resolução/CONDI nº 005 (cinco), de 12 (doze)  
508 de agosto de 2009 (dois mil e nove), modificada pela Resolução/CONDI nº 016 (dezesesseis),  
509 de 11 (onze) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), que estabelece normas para o uso  
510 de dependências físicas com recursos audiovisuais na UFSJ pelas comunidades acadêmica e  
511 externa, fixa taxas de utilização e dá outras providências. Esclareceu que a referida  
512 Resolução foi emitida *ad referendum* deste Conselho, a pedido da Reitoria, no sentido de  
513 corrigir os valores pagos pela jornada do operador de equipamento por até 4 (quatro) horas  
514 de trabalho e para cada hora ou fração além das 4 (quatro) horas iniciais mais encargos.  
515 Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o seu parecer: “Pelo exposto no  
516 mérito, sou de parecer, salvo melhor juízo, favorável à aprovação do *ad referendum* da  
517 Resolução CONDI nº 18, de 20 de dezembro de 2017”. Decisão do Plenário: o parecer do  
518 relator foi aprovado por unanimidade, referendando a Resolução nº 018 (dezoito), de 20  
519 (vinte) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), que faz parte do processo. **Item quatro:**  
520 **Processo nº 23122.002617/2018-16 – Relatório de Atividades desenvolvidas pela**  
521 **AUDIT no período de novembro de 2017 a janeiro de 2018. Interessada: AUDIT,**  
522 **relatado pelo conselheiro Eugênio Afonso Pinto Merhi.** O relator leu o mérito de seu  
523 parecer informando que o processo trata da apresentação das atividades realizadas pela  
524 Auditoria Interna no período de novembro a dezembro de 2017 (dois mil e dezessete) e

525 janeiro de 2018 (dois mil e dezoito) em conformidade com os respectivos planejamentos  
526 anuais, quais sejam: PAINT 2017 (dois mil e dezessete) e PAINT 2018 (dois mil e dezoito).  
527 Esclareceu que, das 12 (doze) macroações propostas, cinco delas (1, 2, 3, 5 e 12) já tinham  
528 sido aprovadas por este Conselho em reunião realizada no dia 11 (onze) de dezembro de  
529 2017 (dois mil e dezessete). São elas: a elaboração do relatório de gestão do período de  
530 2016 (dois mil e dezesseis) e do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2018 (dois mil e  
531 dezoito); a avaliação de Indicadores de Desempenho utilizados pela UG quanto à sua  
532 qualidade e confiabilidade; a auditoria da Pró-reitoria de Ensino de Graduação referente ao  
533 controle acadêmico; a auditoria de avaliação dos controles internos da Pró-reitoria de  
534 Assistência Estudantil (PROAE) referente ao restaurante universitário; e a avaliação das  
535 rotinas administrativas dos *campi* fora de sede. Continuando, o relator destacou as  
536 descrições das macroações realizadas e ainda não apreciadas por este Conselho (4, 6, 7, 8, 9,  
537 10 e 11): a auditoria na Área de Gestão de Recursos Humanos – foram auditados 6 (seis)  
538 processos de concessão de aposentadorias e 2 (dois) processos de concessão de pensão civil;  
539 a auditoria na Área de Gestão Financeira, Patrimonial e de Suprimento de Bens e Serviços –  
540 foram realizadas auditorias em 13 (treze) processos licitatórios; o cumprimento das  
541 recomendações da Auditoria Interna – trata-se do acompanhamento das recomendações  
542 emitidas; a apuração de denúncias recebidas – não foram recebidas denúncias; a adoção de  
543 providências quanto ao atendimento de decisões dos Conselhos Superiores – não foram  
544 encaminhadas demandas dos Conselhos Superiores; o acompanhamento da legislação –  
545 foram encaminhadas 61 (sessenta e uma) publicações às unidades interessadas, retiradas das  
546 publicações do Diário Oficial da União, no período; e o cumprimento das determinações e  
547 recomendações exaradas pela Controladoria Geral da União, dos Órgãos Setoriais de  
548 Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União – não houve  
549 demanda no período. Como resultado dessas 12 (doze) macroações, o relator ressaltou que a  
550 Auditoria identificou alguns problemas, culminando com recomendações de melhorias aos  
551 setores responsáveis. Em todos os casos, esclareceu que houve o comprometimento da  
552 equipe da AUDIT em acompanhar o atendimento às recomendações feitas. Ainda, no  
553 relatório, informou que consta a participação do servidor Paulo Fernando Cabral de Ávila  
554 no 47º FONATEC, um evento de capacitação técnica de integrantes de auditorias internas  
555 do MEC realizado em novembro de 2017 (dois mil e dezessete). Concluindo, após a análise  
556 do relatório, o relator afirmou que os PAINT 2017/2018 vêm sendo satisfatoriamente  
557 cumpridos. Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o seu parecer:  
558 “Salvo melhor juízo, sou de parecer favorável à aprovação do Relatório de Atividades da  
559 Auditoria Interna da UFSJ, realizadas no trimestre novembro/dezembro de 2017 e janeiro de



560 2018”. Decisão do Plenário: o parecer do relator foi aprovado por unanimidade. Às 17  
561 (dezessete) horas, tendo se chegado ao teto da reunião, o Conselho decidiu por encerrá-la e  
562 continuar o outro item da pauta em uma próxima reunião. Assim, nada mais havendo a tratar,  
563 o presidente do Conselho encerrou a reunião. E, para constar, eu, Maria da Penha Resende  
564 Rodrigues, secretária, lavrei a presente ata, que, se aprovada, será assinada por todos os  
565 conselheiros presentes à reunião. São João del-Rei, 22 (vinte e dois) de março de 2018 (dois  
566 mil e dezoito).

567 Prof. Sérgio Augusto Araújo da Gama Cerqueira

568 Prof. Marcelo Pereira de Andrade

569 Prof. Eugênio Afonso Pinto Merhi

570 Prof. Fabrício Molica de Mendonça

571 Tec.-adm. Bruno Nascimento Campos

572 Disc. Gabriel Rodrigues Costa

573 Mem. Ext. Rosângela Aparecida da Costa Detomi